

bem mais orientado no festival de chavões e na falsificação teórica da argumentação conservadora atual, que vê

a globalização, o neoliberalismo e as privatizações como uma espécie de elixir contemporâneo universal.

Daniel Aarão Reis

Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético.

São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997.

João Quartim de Moraes (Professor do Departamento de Filosofia da Unicamp.)

A maior dificuldade de toda e qualquer tentativa de avaliar o significado e o alcance histórico da Revolução de Outubro e do socialismo soviético é encontrar a perspectiva crítica mais objetiva. Não basta, para tanto, deixar de lado (do lado esquerdo) a literatura espessamente apologética, e também, do outro lado (o direito), aquela produzida em escala industrial e regada a dólares pelos bem remunerados politólogos a serviço do império estadunidense. Mais insinuante mas nem por isso menos parcial é a atitude dos que, na esquerda, descartam a mais importante revolução do século e a primeira que empreendeu a transformação socialista, sob pretexto de que não foi aquele o socialismo de seus próprios sonhos. Esta posição é a mesma, com sinais trocados, que a dos ideólogos do “socialismo realmente existente” ou “Sorex”. Ambas são incapazes de compreender a dialética do programa revolucionário como concretização do caráter objetivamente contraditório da construção do socialismo. Uma porque contrapõe a realidade ao sonho. Outra, o sonho à realidade. Ambas são capengas. Mesmo porque nem o “socialismo” real se realizou como socialismo, nem o socialismo “verdadeiro” logrou sair do papel. Aque-

le, entretanto, com o desmantelamento de 1989-1991, perdeu sua única qualidade incontestável (já que se pode discutir se aquilo era ainda socialismo, mas não que existisse), a realidade.

Entre as qualidades analíticas e historiográficas do livro de Daniel Aarão Reis está a recusa destas duas unilateralidades. Mantém constante a tensão entre o movimento concreto e o programa histórico, procurando sempre analisar com objetividade cada elo do processo de construção do socialismo soviético, bem como cada impasse e cada iniciativa no sentido de superá-lo. Não sucumbe nem à tentação de justificar os fatos pelo fato de terem ocorrido, nem tampouco à de dar lições de socialismo verdadeiro ao socialismo real. Fiel ao ofício de historiador, descreve antes de explicar e explica antes de interpretar. Enfrenta, em linguagem clara e com ritmo expositivo que prende o leitor, mas sobretudo com fatos e análises que o fazem pensar, as grandes interrogações e contradições da experiência comunista do século XX. Às vezes sucumbe ao gosto (discutível) por frases de efeito, e até na tentação das fórmulas de profundidade ilusória como o reflexo das poças d’água. Assim ao caracterizar (p. 31) a

ideologia dos *narodniks* como “rousseauísmo coletivo”. O que seria um “rousseauísmo individual”? Estas notas falsas não chegam porém a afetar a impressão de conjunto: um livro bem escrito, lúcido, honesto e que consegue, sem “apelações” nem modismos, ser acessível e interessante para um público largo.

O caráter objetivo das contradições fundamentais da construção do socialismo já estava anunciado, com todas as letras, na própria teoria. O Estado socialista é o instrumento da apropriação coletiva dos meios de produção, mas a apropriação só se torna social na medida em que o Estado vai se extinguindo. O Estado proletário é um Estado que se nega como tal, um Estado em via de auto-extinção. O poder operário é uma ditadura cuja missão histórica é suprimir radicalmente o princípio de toda ditadura, a saber a separação entre o poder estatal e o poder social. A União Soviética não somente parou no meio do caminho apontado pela teoria, não logrando superar este complexo de contradições, mas principalmente, como a evolução social não pára, trilhou descaminhos que a levaram a infletir gradualmente sua trajetória histórica até cristalizar-se numa peculiar forma econômica cuja caracterização mais apropriada nos parece ser um coletivismo estatalmente tutelado.¹

São muitas as explicações e interpretações deste desvio de rota. Resguardando a distância crítica do historiador, Daniel se abstém de aderir a interpretações unilaterais porque intrinsecamente polêmicas, como todas as que se referem a Stalin. Com sério e em larga medida bem sucedido esforço de objetividade, descreve, no capítulo consagrado à “re-

volução pelo alto” desencadeada em 1929 pelo “guia genial do proletariado”, o “processo inaudito de mobilização e de estatização da sociedade” (p. 115-145), examinando concretamente o alcance e os custos sociais da coletivização do campo e da industrialização acelerada através dos planos quinquenais. Expõe os fatos e os dados decisivos, inclusive o terror policial e os campos de trabalho forçado, permitindo ao leitor tirar suas próprias conclusões.

Tal postura teria sido inteiramente conseqüente se o autor tivesse se absterido de acoplar ao título mesmo do livro um epíteto ambíguo que, como tal, não se presta a um debate construtivo. De qual revolução, com efeito, não se pode dizer que, em vários aspectos, foi *perdida*? Como teria um jacobino veterano de muitas lutas caracterizado a Revolução Francesa em 1815, diante da vitória final da Santa Aliança? Muito antes de se “perder”, a revolução de outubro 1917 havia apresentado fortes sinais de precoce degenerescência burocrática, segundo o próprio Lenin. Mais tarde, com a amarga lucidez da derrota e do exílio, Trotski enfatizou, em *A revolução traída*, uma das primeiras e mais importantes explicações dos descaminhos soviéticos, dois fatores decisivos, a derrota do movimento operário europeu e o processo de estreitamento do centro do poder político, que de ditadura do proletariado reduziu-se a ditadura do partido, desta a ditadura do comitê central, depois em ditadura do Bureau Político e enfim em ditadura pessoal e terrorista de Stalin. Segundo ele, portanto, a impropriamente chamada (por Daniel) “perdição”, ou, mais propriamente, o desvio de rota do

1. Sobre a caracterização da economia soviética vale a pena consultar o debate organizado em *Crítica Marxista* nº 1

processo revolucionário soviético relativamente ao programa histórico do comunismo, teria se configurado em 1928-1929. Desde então, a burocracia teria expropriado o poder político da classe operária. Já segundo Mao Tsé-tung, o desvio teria ocorrido entre 1953 e 1956, na forma do “revisonismo moderno” de Kruchev e conduzido ao “restabelecimento do capitalismo” na União Soviética, quatro décadas antes de que este objetivo fosse explicitamente assumido por Ieltsin. Pensemos o que quisermos destas classificações polêmicas, elas ao menos são claras, dizem a que vêm, podem ser discutidas e contestadas tanto a partir dos fatos quanto dos conceitos. Mas decidir que uma revolução foi perdida sem dizer quando, porque, em que sentido, é como contar grãos de areia.

De qualquer modo, seria injusto dizer que Daniel confere conotação teológica à não-explicada classificação da Revolução Russa como “perdida”. Não bifurca os caminhos da salvação e da perdição. Ao contrário, como mostraremos adiante, tende antes a justapor o bem e o mal do que a dividir personagens e processos entre os seguidores de deus e os do diabo. Assim, a condenação dos métodos terroristas da ditadura de Stalin não o impede de desmascarar, no capítulo consagrado ao papel da União Soviética na Segunda Guerra Mundial, a impostura, martelada com o descaramento de sempre pelos grandes meios privados de comunicação social (notadamente em 1995, quando se comemorou o 50º aniversário do fim da guerra), de que foram os americanos que derrotaram Hitler. Tola-mente assumida pela imprensa brasileira, em parte por ignorância, em parte por sabujice em relação ao império estadunidense, a mentira não resiste a um exame minimamente objetivo dos fatos

históricos. Em particular, Daniel deixa clara a inconsistência do mito reacionário de que não foi o Exército Vermelho e sim o “general inverno” que derrotou os nazistas (p. 150 e ss.). Reitera pertinentemente mais adiante (p. 160) que a “determinação” da resistência russa “iria surpreender o próprio invasor”. Em Brest, em Odessa, em Sebastopol. Em Leningrado, situada a poucos quilômetros da fronteira, a resistência durou “toda a guerra”. Compreende-se assim o ridículo do argumento de que foram as grandes distâncias do território russo, aliadas ao inverno (como se só os nazistas sentissem frio) que quebraram a espinha dorsal do até então invicto aparelho bélico hitleriano.

Faltou entretanto aprofundar a relação entre as decisivas vitórias do Exército Vermelho em Stalingrado e em Kursk e a industrialização acelerada. A propósito do primeiro plano quinquenal, após contar que Stalin, “com voz monótona animava os militantes”, dizendo-lhes “temos 50 ou cem anos de atraso em relação aos países desenvolvidos; devemos recuperá-los em dez anos; ou conseguiremos ou afundaremos”, Daniel comenta: “Não lhe ocorreu a hipótese de conseguir *e* afundar” (p. 111-112). Pôr a contradição revela sentido dialético. Mas simplesmente pôr os contrários um ao lado do outro com um “*e*” em itálico no meio não elucida nenhuma contradição. Afundou quando e onde? Sem a industrialização acelerada, o Exército Vermelho, por mais heroicamente que tivesse combatido, não teria destroçado os nazistas em Stalingrado, durante o inverno de 1942-1943. É um fato indiscutível que ao longo desta epicamente terrível batalha, a produção bélica soviética ultrapassou a alemã em blindados, artilharia e aviação. O dilema efetivo é (ou foi): para industrializar aceleradamente, era indis-

pensável a coletivização forçada? Para julgar objetivamente as responsabilidades de Stalin é indispensável levar em conta este dilema. De qualquer modo, como nota o autor, “quem salvou a União Soviética” (do nazismo) “foram os próprios soviéticos. Os armamentos pesados mais decisivos (canhões, tanques e aviões) usados nas várias campanhas que terminaram em Berlim, eram, essencialmente, de procedência soviética” (p.165-166).

O terrorismo de Estado não sobreviveu a Stalin. Beria, que herdara o controle da máquina policial, foi eliminado no primeiro confronto sério pelo poder. Com ele, eliminou-se a autonomia, dentro do aparelho de Estado, da polícia política e seus serviços secretos. Promotor do “degelo”, Kruchev abriu o caminho para a reforma democrática do socialismo: foi ele quem inventou aquilo que três décadas depois Gorbachev, com seu incontestável sentido de fórmulas publicitárias, iria chamar de *glasnost* e de *perestroika*. Denunciou com coragem política inaudita os horrores da repressão stalinista e empreendeu uma nova política agrícola, visando a retificar os excessos do centralismo. Como lembra o autor, uma de suas frases preferidas era: “o socialismo é muito bom, mas será melhor ainda com manteiga” (p. 203).

As reformas promovidas por Kruchev suscitaram muitas esperanças. Para compreender porque foram de curto fôlego, seria importante examinar com mais profundidade do que habitualmente se faz o significado de sua queda (já que seguramente não terá sido “por razões de saúde”, conforme os comunicados oficiais) bem como das orientações (em princípio também reformadoras) adotadas por seus sucessores. No lugar de hipóteses expli-

cativas, Daniel recorre a paradoxos dialéticos, perguntando, a propósito do período que da queda de Krushchev levou ao marasmo de Brejnev: “Anos de luzes ou de trevas? De expansão ou de estagnação?... E se...tivessem sido de luzes e de trevas? De expansão e de estagnação? Apenas um aparente paradoxo...”. (p. 216). Apenas um efeito retórico, dizemos nós. Os repetidos apelos ao sutilíssimo e constataam a contradição mas não aprofundam seu desenvolvimento concreto. Afinal, o rumo delineado por Kruchev era globalmente correto? Se acharmos que sim, teremos de considerar que sua deposição foi um desastre. Ou terá constituído apenas, como pretendem os maoístas, um episódio na longa marcha de retorno ao capitalismo? Neste caso, Gorbachev e Ieltsin teriam somente levado às últimas conseqüências o retrocesso desencadeado pelos sucessores de Stalin. Conclusão pouco reconfortante, já que associa a viabilidade do socialismo soviético ao Estado policial. O historiador não precisa decidir peremptoriamente, como faz o doutrinário. Mas deve elaborar hipóteses, que, quando apoiadas, como no livro em exame, na reconstituição cuidadosa da trama dos acontecimentos, ajudam a compreender o que neles estava em questão. Na falta de tais hipóteses, o autor abandona o leitor à perplexidade.

As considerações sobre a dualidade de poder derrapam na mesma dialética sem síntese. Segundo Daniel, contrariamente ao que “contou mais tarde a história revolucionária *oficial* (itálico no original),² na Rússia de 1917 não houve *duplo poder* e sim *múltiplos poderes* (p. 63). Este milagre da multiplicação dos poderes reduz-se ao emprego da palavra

2. Só assinalamos que o itálico está no original quando o contexto não deixar isso claro.

“poder” num sentido distinto daquele de Lenin. Segundo Daniel, o poder “saíra dos palácios... fragmentara-se. Estava em toda parte e não se centralizava mais em lugar nenhum. Caíra na rua.” O que caracteriza uma situação de crise revolucionária (no sentido rigoroso e não banalizado do termo “crise”) é a desagregação do poder constituído. Na França de maio de 68, para tomar um exemplo mais conhecido, também se dizia que o poder estava nas ruas. Mas não estava. Nas ruas, manifestava-se, no sentido próprio e no figurado do termo, a *força* da mobilização de massas. Falar em *poder*, em situações como esta, é utilizar o termo num sentido estranho ao marxismo. Sem dúvida, como não há, no tribunal da História, registro de patentes de conceitos revolucionários, cada qual pode legitimamente empregar o termo como melhor lhe parecer. A sociologia weberiana, por exemplo, define-o como relação entre duas vontades, uma se impondo à outra. Mas não se deve utilizar confusamente um conceito como o de *dualidade de poder*, sabidamente vinculado à elaboração teórica de Lenin, e nesta medida indissolavelmente conectado com o de *Estado* enquanto organização centralizada do poder coercitivo da classe dominante. Segundo Lenin (que Daniel identifica à “história revolucionária *oficial*!”), coexistiam contraditoriamente na Rússia de 1917 um poder de Estado cambaleante (a velha máquina de dominação e de opressão herdada do czarismo) e um novo poder de Estado surgindo das entranhas da revolução: os *soviets* (=conselhos de operários, soldados e camponeses). Contrariamente a Daniel que os caracteriza impropriamente como “parlamentos plebeus”, Lenin, levando em conta tanto a experiência do proletariado russo quanto a da Comuna de Paris,

apresenta-os como *superação* do parlamento: órgãos revolucionários avessos a todo formalismo, portanto à separação burguesa entre a elaboração das leis e a tomada e execução de decisões.

Faltou também uma discussão mais densa e sintética dos fatores decisivos do colapso do bloco socialista. Há comentários pertinentes em muitas passagens do livro. Mas não chegam a fazer compreender porque ocorreu aquilo que *ninguém* previu (os “kremlinólogos” bem remunerados do Departamento de Estado norte-americano menos ainda do que os outros): o colapso cardíaco de 1991. Tanto assim que, na primeira metade dos anos 80, a reforma democrática do “Sorex” além de indispensável, parecia possível. Houve mesmo politólogos do anticomunismo profissional que viram nas reformas de Gorbachev, uma “jogada magistral” para tornar mais sedutor o regime soviético. Na esquerda, pelo menos, qualquer que fosse a expectativa suscitada então pelo fracassado aprendiz de feiticeiro, havia clara consciência de que a *dinâmica revolucionária* do socialismo soviético tinha se exaurido há muito tempo. Tudo isso é evocado muito de passagem por Daniel. Gostaríamos de saber até que ponto é justo supor que Gorbachev, em que pesem suas possivelmente boas intenções *iniciais* (desburocratizar o poder soviético, introduzir na prática o princípio democrático da soberania do povo e portanto pôr fim à ditadura do partido, enfim, evoluir do coletivismo estatal para a planificação social), não estava à altura de tão ciclópica tarefa e para tentar se manter no poder perdeu qualquer referência programática e afundou sem glória, abrindo o caminho do poder para gente muito pior que ele. Tal é nossa opinião. Esperávamos que a leitura de *A revolução perdida* nos aju-

dasse a confirmá-la ou a modificá-la, que esclarecesse, em especial, se lhe faltou a indispensável capacidade teórica e política para promover o necessário aprofundamento democrático do socialismo. Porque de fato o que instaurou foi o liberalismo político e o caos econômico. Em 1985, quando chegou ao poder, havia na economia soviética não crise mas perda de dinamismo: a renda nacional, naquele ano, cresceu “apenas” 3,1% (se no Brasil conseguíssemos estabilizar esse crescimento, falaríamos em milagre econômico). Seis anos depois, em dezembro de 1991, apeado sem glória do poder por um aventureiro movido a vodca, que mal lhe deu tempo para arrumar seus papéis no Kremlin, havia reduzido seu país à humilhante necessidade de estender o pires ao Ocidente para enfrentar o inverno.

Para avançar da constatação à compreensão do colapso e portanto dele tirar as lições históricas indispensáveis para a reelaboração do combate anticapitalista, é indispensável analisar com mais profundidade os êxitos incontestáveis e os impasses persistentes da experiência soviética. A planificação foi em larga medida exitosa. Encontrou seus limites na impossibilidade de “administrar a demanda” de bens de consumo. O princípio do partido único, em osmose com o Estado, é incompatível com o da soberania popular. Não é possível, entretanto, mudar de modo de produção de quatro em quatro anos, ao sabor das flutuações eleitorais. É evidente que quanto mais densa e profundamente analisarmos estas e outras contradições objetivas com que se defrontaram os soviéticos e todo o “Sorex”, com as quais necessariamente se defrontará toda a humanidade ao longo do processo planetário de transição do capitalismo para

o socialismo, melhor contribuição daremos para a reelaboração do programa comunista internacional no horizonte do século XXI. O estudo histórico de Daniel poderia ter contribuído muito mais para que tiremos aquelas e outras lições históricas essenciais.

Com certeza, o historiador, sobretudo do marxismo, deve ser cauteloso com previsões, mais ainda com profecias. Mas é difícil contentar-se com as parcas referências às lutas políticas na Rússia capitalista de hoje (ou de ontem, já que o livro se encerra em 1996). Descreve-as com a sobriedade de um boletim meteorológico. Assim, quando se refere ao “enfraquecimento institucional do Parlamento, garantido pela Constituição de 1993” (p. 275), será preciso lembrar que não foi a “Constituição” e sim o golpe de Estado de Ieltsin que e “garantiu” com artilharia e tanques o “enfraquecimento” da Duma oposicionista? Daniel evoca o golpe um pouco acima na mesma página, mas evitando empregar o termo. Utilizara-o antes, reiteradamente, entretanto (p. 256 e ss.), a propósito dos “conservadores”... Esta terminologia é inadequada para um historiador como Daniel, que sempre soube ocupar posição honrosa como militante da esquerda brasileira; deveria tê-la deixado aos tartufos da reação neoliberal...

A questão, como sói ocorrer nestes casos, não é apenas de terminologia. Daniel consegue, no posfácio consagrado aos anos 1991-1996, em que se refere à reeleição de Boris Ieltsin em junho de 1996, não mencionar nenhuma vez o nome do candidato que com aquele disputou o segundo turno e que lograra, nos anos anteriores, reorganizar o movimento comunista russo tornando-o de longe a principal força partidária do país. O leitor sequer é

informado de que ele se chama Guennadi Ziuganov! Com ele ficaram ausentes os 40% dos cidadãos russos que no 2º turno das eleições presidenciais votaram no candidato comunista.³ Se os levasse levado em conta, nosso autor talvez não tivesse

declarado, no final do livro, que a Rússia, “desgovernada e desorientada, sofre o abismo da desestruturação cultural”. Não há de ser excesso de otimismo pensar que, ao contrário, há muitos russos de cabeça erguida e olhos abertos.

3. A vitória de Ieltsin sobre Ziuganov no 2º turno das eleições presidenciais russas de junho-julho 1996 foi nítida (vantagem de 16% dos sufrágios) mas politicamente ambígua, já que obtida graças ao apoio do general Lebed, cuja plataforma extremamente singela enfatizava o restabelecimento da ordem, no sentido policial do termo. Não foi gratuitamente que lembramos as notórias tendências alcoólatras do presidente reeleito, e sim pensando no ferino mas certo comentário de Ziuganov a este respeito. “Bebo muito menos que Ieltsin, mas um pouco mais que Lebed”.

No conjunto, entretanto, as sucessivas vitórias eleitorais da esquerda em países que integraram o extinto bloco soviético (Lituânia, Bulgária, Hungria, Polónia, sem esquecer a vitória dos comunistas russos nas eleições legislativas), prova (tanto quanto resultados eleitorais podem provar algo) que a despeito de todas as suas mazelas, o *Sorex* continha elementos efetivamente socialistas (primado da planificação sobre o mercado, direitos sociais abrangentes, organização da cultura conforme critérios que excluem a sórdida mercantilização da violência, a vulgar “americanização” dos valores estéticos, etc.). Invertendo a célebre “boutade” de Churchill, os eleitores do Leste parecem ter chegado à conclusão de que o socialismo é o pior dos regimes econômicos possíveis, depois do capitalismo neoliberal.

MORAES, João Quartim de. Resenha de: REIS, Daniel Aarão. Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.147-153.

Palavras-chave: Revolução; Socialismo soviético; Socialismo de Estado.